

VIDAS NEGRAS: OFICINAS DE FORTALECIMENTO DAS REDES PELO BEM VIVER, GÊNERO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E DIREITOS DAS MULHERES NO TOCANTINS

BLACK LIVES: WORKSHOPS FOR STRENGTHENING NETWORKS FOR BUEN VIVIR, GENDER, CLIMATE JUSTICE AND WOMEN'S RIGHTS IN TOCANTINS

Maria Aparecida de Matos¹

Emilda Ramos Rodrigues²

Charlene Soares Serafim³

Poliana Ribeiro⁴

RESUMO

O artigo apresenta os fundamentos, os caminhos metodológicos e os resultados do projeto Vidas Negras, desenvolvido com mulheres quilombolas das comunidades de Matões/Soledade e Malhadinha, no Tocantins. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a autonomia econômica, social e política das participantes, articulando educação popular, saberes tradicionais, economia solidária, justiça climática e práticas sustentáveis de geração de renda. A abordagem qualitativa e participativa, inspirada na etnopesquisa crítica, na pedagogia freiriana e em pedagogias negras, privilegiou a escuta sensível, a construção coletiva e o protagonismo das mulheres nas decisões e nas oficinas. Entre as ações realizadas destacam-se a criação comunitária de galinhas, a costura criativa e a produção de artesanato com cabaças e biscuit. Os resultados apontam fortalecimento das redes de solidariedade, ampliação da autonomia produtiva, geração de renda complementar, valorização cultural e maior reconhecimento dos saberes quilombolas. Também foram identificados desafios relacionados à infraestrutura, ao acesso a políticas públicas, à comercialização e à continuidade das ações. Conclui-se que iniciativas territorializadas e construídas com as comunidades podem contribuir para o bem viver, a sustentabilidade e o fortalecimento dos direitos das mulheres quilombolas.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas; Mulheres negras; Educação popular; Justiça climática; Economia solidária.

ABSTRACT

This article presents the theoretical foundations, methodological pathways, and results of the Vidas Negras project, developed with Quilombola women from the communities of Matões/Soledade and Malhadinha, in Tocantins, Brazil. The initiative aimed to strengthen the participants' economic, social, and political autonomy by articulating popular education, traditional knowledge, solidarity economy, climate justice, and sustainable income-generating practices. The qualitative and participatory approach, inspired by critical ethno-research, Freirean pedagogy, and Black pedagogies, prioritized attentive listening, collective construction, and women's protagonism in decision-making and workshops. The activities included community poultry raising, creative sewing, and handicraft production using gourds and homemade biscuit clay. The results indicate stronger solidarity networks, expanded productive autonomy, complementary income generation, cultural appreciation, and greater recognition of Quilombola knowledge. Challenges were also identified regarding infrastructure, access to public policies, commercialization, and continuity of the actions. The study concludes that territorially grounded initiatives built with communities can contribute to Buen Vivir, sustainability, and the strengthening of Quilombola women's rights.

Keywords: Quilombola communities; Black women; Popular education; Climate justice; Solidarity economy.

INTRODUÇÃO

A história e a resistência das comunidades quilombolas no Brasil constituem fundamentos essenciais para a construção de uma sociedade plural, democrática e comprometida com o enfrentamento do racismo estrutural. Contudo, apesar de sua relevância histórica e cultural, essas comunidades ainda enfrentam desafios persistentes relacionados à exclusão social, à negação de direitos básicos e à vulnerabilidade econômica e territorial, afetando de maneira mais intensa mulheres e jovens. Nesse cenário, o projeto “Vidas Negras: Oficinas de Fortalecimento das Redes pelo Bem Viver, Proteção, Justiça Climática e Direitos Sociais no Tocantins” emerge como uma resposta concreta às múltiplas formas de desigualdade que atravessam a vida das mulheres quilombolas, articulando ações voltadas à promoção da autonomia, da dignidade e do fortalecimento comunitário.

A iniciativa teve como objetivo central contribuir para o fortalecimento econômico, social e político de mulheres quilombolas, por meio da articulação entre práticas sustentáveis de geração de renda e o resgate e valorização dos saberes tradicionais. O projeto foi implementado em duas comunidades remanescentes de quilombos no estado do Tocantins: Matões – uma comunidade com mais de cem anos de existência, reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares em 2022, localizada no município de Conceição do Tocantins, com núcleo familiar em Soledade, a aproximadamente 80 quilômetros de Arraias – e a comunidade quilombola Malhadinha, cuja origem remonta ao final do século XVIII, conforme estudos de Esteves (2019), situada no município de Brejinho de Nazaré. A escolha dessas comunidades foi orientada pela escuta ativa das mulheres e pelas demandas apresentadas pelas lideranças locais, evidenciando o compromisso com uma atuação situada e participativa.

Essas comunidades, historicamente invisibilizadas, encontram-se em regiões distantes dos grandes centros urbanos e enfrentam limitações no acesso a políticas públicas fundamentais, como saúde, saneamento básico, educação e iniciativas de geração de renda. Ainda assim, preservam práticas culturais, sociais e econômicas que revelam grande potencial para o fortalecimento de redes autônomas e sustentáveis. Nesse contexto, a realização de oficinas voltadas à criação de galinhas, à costura criativa e ao artesanato com cabaças e biscoito caseiro constituiu-se como uma estratégia viável para o empoderamento feminino, a promoção da segurança alimentar e a valorização das identidades culturais.

Nas comunidades de Matões e Soledade, a criação coletiva de galinhas foi definida pelas próprias mulheres como alternativa econômica e estratégia de soberania alimentar, evidenciando

a centralidade do protagonismo feminino na definição das ações. Já na comunidade de Malhada, a demanda concentrou-se no desenvolvimento de práticas de artesanato e costura, com foco na produção de bonecas de biscuit, bolsas, carteiras e utensílios confeccionados com materiais locais, como a cabaça. Todas as atividades foram desenvolvidas em regime participativo, respeitando os tempos, os saberes e os modos de vida das comunidades envolvidas.

As ações do projeto foram orientadas pelos princípios da educação popular freiriana, da etnopesquisa crítica (Macedo, 2000) e das pedagogias negras formuladas por pensadoras como bell hooks (1994) e Lélia Gonzalez (1982), que enfatizam o valor do saber vivido, da escuta sensível e do protagonismo das mulheres negras nos processos de transformação social. A abordagem metodológica privilegiou a construção coletiva, o cuidado, a horizontalidade nas relações e o reconhecimento das participantes como sujeitas de conhecimento.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo apresentar os fundamentos teóricos, metodológicos e práticos do projeto Vidas Negras, destacando os impactos gerados nas comunidades atendidas, especialmente no fortalecimento das redes femininas, na valorização dos saberes tradicionais e no estímulo à autonomia produtiva das mulheres quilombolas. Ao longo do texto, discutem-se as contribuições do projeto para a promoção da justiça climática, dos direitos sociais e do bem viver, compreendidos como eixos centrais para a emancipação dos povos quilombolas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Perspectivas Interseccionais e Saberes Quilombolas

O projeto Vidas Negras fundamenta-se em referenciais teóricos que articulam os saberes das comunidades quilombolas à defesa dos direitos humanos, à justiça climática, à valorização da cultura afro-brasileira e às práticas de desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma abordagem interseccional e territorializada, que reconhece o protagonismo das mulheres negras como elemento central nos processos de transformação social e na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Um marco legal relevante que sustenta essa perspectiva é a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições educacionais brasileiras. Essa legislação reafirma a importância da memória, da identidade e da ancestralidade negra na formação social do país, além de reforçar a necessidade de políticas públicas que valorizem as comunidades quilombolas não apenas como grupos em situação de

vulnerabilidade, mas como sujeitos produtores de conhecimento e práticas fundamentais para a justiça social e ambiental.

Quilombos, Territorialidade e Direitos

As comunidades quilombolas constituem territórios de resistência historicamente formados por descendentes de africanos que lutaram pela liberdade e pela preservação de suas tradições culturais. A Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhece o direito dessas populações à posse de seus territórios tradicionais. No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta entraves significativos.

A comunidade quilombola Malhadinha, por exemplo, possui registros históricos que remontam ao século XVIII. De acordo com Esteves (2019), ao longo de sua trajetória, a comunidade foi impactada por importantes intervenções, como a fragmentação territorial em 1994, o alagamento de parte de suas terras com a construção de uma usina hidrelétrica em 2001 e sua inserção no Programa Brasil Quilombola em 2006. Tais processos influenciaram diretamente os modos de vida, as práticas produtivas e as representações identitárias da população local.

No caso da comunidade de Matões e seu núcleo Soledade, há registros de doação formal de terras desde 1921, embora a ocupação da região remonte a populações remanescentes kalungas e Carinhanha desde o século XVIII. Conforme Sousa (2024), o Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública em 2020 com o objetivo de garantir a regularização fundiária dessas terras, evidenciando a permanência das disputas territoriais. Atualmente, a comunidade conta com cerca de 52 famílias e enfrenta desafios relacionados ao acesso à água, à educação e à infraestrutura básica, aspectos que impactam diretamente suas condições de vida.

Bem Viver, Sustentabilidade e Saberes Ancestrais

O conceito de Bem Viver (Sumak Kawsay), originário das cosmovisões andinas e ressignificado por movimentos afrodescendentes, propõe uma alternativa aos modelos de desenvolvimento centrados no lucro e na exploração. Segundo Acosta (2016), trata-se de uma perspectiva que valoriza a harmonia entre seres humanos, natureza e coletividade, incorporando dimensões como espiritualidade, reciprocidade, cuidado e equilíbrio.

No contexto do projeto, o bem viver foi materializado em práticas cotidianas compartilhadas pelas mulheres quilombolas, como o cuidado com a alimentação, o cultivo de plantas frutíferas, a valorização da convivência comunitária e a construção de redes de apoio. Essas práti-

cas evidenciam formas de resistência frente às mudanças climáticas e às desigualdades sociais, reafirmando a centralidade dos saberes ancestrais na construção de modos de vida sustentáveis.

Além disso, a temática do bem viver dialoga com processos políticos mais amplos, como a participação de mulheres negras em movimentos sociais, a exemplo da Marcha das Mulheres Negras de 2015, que fortaleceu a articulação entre cuidado, território, sustentabilidade e justiça social. Nesse sentido, o bem viver não se configura apenas como um conceito, mas como uma prática política e coletiva de existência.

Justiça Climática e Direitos Sociais

As mudanças climáticas afetam de forma desigual diferentes grupos sociais, atingindo de maneira mais intensa populações historicamente marginalizadas, como as comunidades quilombolas. Conforme Schlosberg (2007), a justiça climática pressupõe o reconhecimento dessas desigualdades e a construção de respostas baseadas nos saberes locais.

As escutas realizadas no âmbito do projeto evidenciaram preocupações relacionadas à proteção dos territórios, ao reflorestamento, à segurança alimentar e à autonomia econômica. Essas demandas dialogam diretamente com a perspectiva dos direitos sociais (Bobbio, 1992), que compreende o acesso à educação, à saúde, ao trabalho digno e à alimentação como elementos fundamentais para a cidadania.

Educação Popular e Metodologias Participativas

Inspirado pela pedagogia crítica de Paulo Freire (1979), o projeto adotou a educação popular como base metodológica e política, entendendo a formação como um processo de construção coletiva do conhecimento. O saber das mulheres quilombolas não foi apenas reconhecido, mas colocado no centro das ações formativas, promovendo encontros entre o saber acadêmico e os saberes da vida.

A escuta sensível e o diálogo foram fundamentais para a realização de oficinas que respeitassem os ritmos da comunidade e os tempos de aprendizado. A experiência se aproxima das pedagogias negras propostas por autoras como bell hooks (1994), que defendem o ensino como prática de liberdade e amor, e de Lélia Gonzalez (1982), cuja abordagem interseccional entre raça, classe e gênero oferece uma base crítica para a construção de práticas educativas emancipatórias.

Economia Solidária e Empoderamento Feminino

A economia solidária, conforme proposta por Singer (2002), surge como alternativa à lógica individualista e competitiva do mercado, valorizando princípios como cooperação, autogestão, partilha dos resultados e sustentabilidade. No projeto, a criação de galinhas na Soledade e em Matões, o artesanato com cabaça e biscoito e a costura criativa (Bolsas, sacolas, ecobags e carteiras) foram orientados por esses princípios, fortalecendo formas coletivas de organização produtiva. Elas escolhiam o modelo que desejavam, tudo foi construído em rodas de conversas, lanches e muitos relatos de experiências.

Já o empoderamento feminino, nos termos de Saffioti (2004), compreende o fortalecimento das mulheres frente às opressões de gênero e raça, ampliando sua autonomia econômica e seu poder de decisão dentro e fora da comunidade. As práticas desenvolvidas reafirmaram o protagonismo das mulheres quilombolas, tanto na gestão das oficinas quanto nas decisões coletivas.

Inspirado na pedagogia de Paulo Freire (1979), o projeto adotou a educação popular como base metodológica, compreendendo o processo educativo como construção coletiva e dialógica. O saber das mulheres quilombolas foi reconhecido como central, promovendo a articulação entre conhecimento acadêmico e saberes da experiência.

Essa abordagem aproxima-se das pedagogias negras de bell hooks (1994) e Lélia Gonzalez (1982), que enfatizam o ensino como prática de liberdade, afeto e resistência, especialmente no enfrentamento das desigualdades de raça, gênero e classe.

Economia Solidária e Empoderamento de Mulheres Negras

A economia solidária, conforme Singer (2002), propõe formas de organização baseadas na cooperação, na autogestão e na partilha dos resultados. No projeto, práticas como a criação de galinhas e o artesanato coletivo foram orientadas por esses princípios, fortalecendo a organização comunitária.

O empoderamento feminino, conforme Saffioti (2004), manifesta-se na ampliação da autonomia das mulheres e em sua capacidade de decisão. As ações desenvolvidas reafirmaram o protagonismo das mulheres quilombolas, consolidando seu papel como agentes centrais na transformação social.

A PRÁTICA EDUCATIVA VIVENCIADA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento do projeto Vidas Negras fundamentou-se na abordagem qualitativa, ancorada na etnopesquisa crítica, conforme proposta por Macedo (2000), compreendendo que toda ação educativa em comunidades quilombolas deve considerar, de forma indissociável, os contextos históricos, sociais, políticos e culturais nos quais essas comunidades estão inseridas. Nessa perspectiva, a metodologia adotada não se restringe a um conjunto de técnicas, mas configura-se como uma postura ética e epistemológica que valoriza a escuta atenta, a reciprocidade, o respeito às temporalidades e às formas de linguagem dos sujeitos envolvidos. Assim, o processo educativo foi construído de forma compartilhada com as partes envolvidas. Assim, o processo educativo foi construído de forma compartilhada com as comunidades, rompendo com práticas verticalizadas e reconhecendo as mulheres quilombolas como protagonistas na produção do conhecimento.

A escuta sensível – aqui compreendida também como escuta amorosa – constituiu-se como eixo estruturante da metodologia. As mulheres quilombolas, reconhecidas como guardiãs de saberes tradicionais e lideranças comunitárias, participaram ativamente de todas as etapas do projeto, incluindo planejamento, execução e avaliação das ações. No que se refere à organização das atividades, as oficinas realizadas na comunidade de Malhadinha ocorreram com frequência quinzenal entre as próprias participantes, contando com a presença da equipe do projeto em encontros mensais ao longo de um período de onze meses. Nos intervalos entre os encontros presenciais, o acompanhamento também se deu por meio de comunicação remota, evidenciando a continuidade do vínculo formativo.

Já nas comunidades de Matões e Soledade, devido à proximidade com o campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT/Arraias), as visitas ocorreram com maior frequência, podendo chegar a três ou quatro encontros mensais, conforme as demandas locais. Em todos os territórios, as oficinas foram concebidas como espaços integrados de formação, produção, autocuidado e fortalecimento das redes de solidariedade entre mulheres negras.

Nas comunidades de Matões e Soledade, as ações priorizaram a criação coletiva de galinhas, atividade definida pelas próprias mulheres como estratégia viável para a geração de renda e o fortalecimento da segurança alimentar. As práticas desenvolvidas incluíram a construção de galinheiros comunitários, a partilha de conhecimentos técnicos relacionados ao manejo das aves, à produção de ração natural e aos cuidados sanitários. Importa destacar que esses conhecimentos técnicos foram articulados aos saberes tradicionais já existentes nas comunidades, reconhecendo

a experiência prévia das mulheres na criação de pequenos animais em seus quintais, o que contribuiu para uma abordagem pedagógica contextualizada e significativa.

Na comunidade de Malhadinha, por sua vez, a demanda apresentada pelas mulheres esteve voltada ao fortalecimento de atividades relacionadas ao artesanato e à costura criativa. As oficinas contemplaram a produção de bolsas, carteiras, bonecas de biscuit e artefatos confeccionados a partir de cabaças e outros materiais disponíveis localmente. Para além de sua dimensão econômica, a produção artesanal revelou-se um importante instrumento de valorização cultural, ao reafirmar estéticas, técnicas e saberes afro-brasileiros, além de fortalecer vínculos identitários e comunitários.

As práticas educativas vivenciadas extrapolaram o formato tradicional de oficinas, incorporando rodas de conversa, dinâmicas de autocuidado, atividades de plantio coletivo, preparo de alimentos típicos – como biscoitos de polvilho com castanha de babaçu e sabão de pequi – e momentos de leitura e partilha de textos de autoras negras.

Inspiradas nas contribuições de Paulo Freire (1979) e bell hooks (1994), essas ações foram conduzidas em ambientes horizontais de troca de saberes, nos quais as mulheres foram reconhecidas como sujeitas epistêmicas. A permanência prolongada da equipe nas comunidades, especialmente em Malhadinha, onde as visitas ocorriam entre a sexta-feira, sábado e o domingo, contribuiu para o fortalecimento dos vínculos e para uma inserção mais profunda no cotidiano das participantes. Em Matões e Soledade, embora as visitas fossem diurnas, também se configuraram como momentos intensos de convivência e troca.

À luz da perspectiva histórico-cultural de Vigotsky (1998), compreende-se que a aprendizagem ocorre por meio da mediação simbólica, da linguagem e da interação social. Nesse sentido, as oficinas configuraram-se como espaços de mediação entre diferentes experiências, saberes e práticas, favorecendo processos de construção coletiva do conhecimento e de fortalecimento da identidade quilombola. Elementos como a troca de sementes, as narrativas orais, o preparo de alimentos e o trabalho artesanal emergiram como práticas de resistência que articulam corpo, território e memória, evidenciando a dimensão cultural da aprendizagem.

Do ponto de vista ético, a pesquisa seguiu os princípios da etnopesquisa, conforme Macedo (2000), assumindo a corresponsabilidade entre pesquisadora e participantes na construção dos sentidos da experiência. Os registros audiovisuais, as entrevistas semiestruturadas e as narrativas das mulheres foram utilizados como instrumentos de produção e socialização do conhecimento, respeitando a autoria coletiva e os tempos das comunidades. Esse movimento

reafirma o compromisso com uma ciência implicada, que não apenas investiga, mas também devolve e dialoga com os sujeitos envolvidos.

Por fim, a prática educativa vivenciada no âmbito do projeto Vidas Negras evidenciou que educação, cuidado, ancestralidade e território constituem dimensões indissociáveis na construção de processos emancipatórios em comunidades quilombolas. Ao reconhecer e valorizar os modos de vida locais, bem como ao promover espaços de diálogo e fortalecimento coletivo, o projeto contribuiu significativamente para o aumento da autoestima, da autonomia e da capacidade de organização política das mulheres negras do campo.

RESULTADO

Fortalecimento Econômico e Autonomia Social

O projeto Vidas Negras proporcionou transformações significativas no contexto econômico e no fortalecimento da autonomia social e cultural das mulheres quilombolas participantes. As ações desenvolvidas, orientadas pelos princípios da educação popular (Freire, 1979), da economia solidária (Singer, 2002) e da justiça climática (Schlosberg, 2007), resultaram em melhorias concretas nas condições de vida das participantes, ao mesmo tempo em que promoveram uma ampliação da consciência crítica acerca da auto sustentabilidade e da valorização dos saberes locais.

Nas comunidades de Matões e Soledade, as oficinas voltadas à criação coletiva de galinhas foram fundamentais para a construção de uma infraestrutura produtiva básica, materializada na implementação de galinheiros comunitários e no manejo compartilhado das aves. A adoção de práticas sustentáveis, como o uso de alimentação natural e estratégias ecológicas de controle sanitário, contribuiu não apenas para o fortalecimento da segurança alimentar, mas também para a geração de renda por meio da comercialização de ovos e frangos em feiras locais e regionais. Nesse sentido, a iniciativa ultrapassou a dimensão produtiva, configurando-se como prática social de cooperação e fortalecimento comunitário.

De acordo com Macedo (2000), a autonomia em comunidades tradicionais deve ser compreendida como um processo contínuo, que articula saberes locais e práticas sustentáveis. Nessa perspectiva, o projeto favoreceu a constituição de redes de solidariedade entre as mulheres quilombolas, ampliando suas capacidades produtivas e promovendo a troca de experiências como estratégia de fortalecimento coletivo.

Na comunidade de Malhadinha, as oficinas de costura criativa e artesanato com cabaças evidenciaram impactos expressivos na economia local. Foram produzidas aproximadamente 200 bolsas, 100 carteiras e 600 ecobags, além de cerca de 100 peças artesanais, incluindo bonecas de biscoito, artefatos em cabaça e porta-canetas. A comercialização desses produtos em feiras e eventos institucionais possibilitou a geração de renda complementar, ao mesmo tempo em que fortaleceu a autoestima das participantes, que passaram a reconhecer o valor de suas produções em espaços externos à comunidade. O empoderamento feminino manifestou-se, ainda, na conquista de reconhecimento institucional, como a emissão de carteiras de artesãs para as participantes.

Sustentabilidade e Justiça Climática

No âmbito ambiental, as ações desenvolvidas promoveram práticas produtivas alinhadas a princípios de sustentabilidade e baixo impacto ecológico. A criação de galinhas foi conduzida com base em conhecimentos agroecológicos, valorizando práticas já existentes nas comunidades e evitando a dependência de insumos industrializados. O uso de plantas locais na alimentação dos animais e a adoção de estratégias naturais de manejo reforçaram a sustentabilidade dos processos produtivos.

De forma complementar, as oficinas de artesanato priorizaram o uso de matérias-primas locais, como cabaças e biscoito produzido artesanalmente, incentivando práticas de consumo consciente e redução de impactos ambientais. A justiça climática, enquanto eixo estruturante do projeto, foi incorporada às atividades formativas por meio de rodas de conversa e momentos reflexivos, nos quais se discutiu a importância da preservação dos territórios ancestrais e da construção de estratégias comunitárias de enfrentamento às mudanças climáticas.

Conforme Schlosberg (2007), a justiça climática implica reconhecer que populações historicamente vulnerabilizadas são também produtoras de soluções sustentáveis. Nesse sentido, o projeto contribuiu para sensibilizar as participantes quanto ao uso responsável dos recursos naturais e para fortalecer práticas cotidianas que promovem a sustentabilidade ambiental.

Empoderamento Feminino e Valorização Cultural

Outro resultado significativo do projeto refere-se ao processo de empoderamento das mulheres quilombolas, observado tanto no fortalecimento da autoestima quanto na valorização de suas práticas culturais e identidades. Ao longo das atividades, as participantes foram incentivadas a resgatar e reafirmar saberes tradicionais, como técnicas de costura, manejo de cabaças e cultivo

de alimentos nativos, reconhecendo essas práticas como elementos centrais de sua identidade quilombola.

De acordo com Saffioti (2004), o empoderamento feminino envolve a ampliação da autonomia econômica, social e política das mulheres em contextos de desigualdade. No caso do projeto Vidas Negras, esse processo manifestou-se por meio da capacitação técnica, da valorização cultural e da construção de redes de apoio mútuo, que possibilitaram às mulheres assumirem papéis mais ativos na organização comunitária e na geração de renda.

A valorização dos saberes tradicionais e a inserção das produções artesanais em espaços externos à comunidade contribuíram para o reconhecimento social das participantes, fortalecendo sua identidade e ampliando suas possibilidades de atuação nos territórios.

Limitações e Desafios

Apesar dos avanços observados, o projeto também evidenciou desafios estruturais que limitam a consolidação e expansão das ações desenvolvidas. A implementação de práticas sustentáveis requer um processo contínuo de formação e sensibilização, especialmente em contextos marcados por carências históricas de infraestrutura e acesso a recursos básicos.

A ausência de políticas públicas específicas voltadas às comunidades quilombolas, bem como a escassez de apoio institucional, configuram obstáculos significativos para a continuidade das iniciativas. Além disso, a consolidação das práticas de geração de renda demanda a criação de condições estruturais que garantam acesso a mercados, financiamento e formação continuada.

Conforme Singer (2002), a economia solidária exige planejamento de longo prazo e fortalecimento de redes de apoio para se tornar autossustentável. Nesse sentido, o projeto aponta para a necessidade de investimentos contínuos e de articulações institucionais que possibilitem a ampliação de seus impactos.

Síntese dos Resultados

De modo geral, o projeto Vidas Negras revelou-se uma experiência relevante no fortalecimento das comunidades quilombolas, ao articular geração de renda, práticas sustentáveis e valorização cultural. As ações desenvolvidas demonstraram que a cooperação coletiva, a valorização dos saberes locais e o protagonismo das mulheres constituem elementos fundamentais para a construção de alternativas de desenvolvimento mais justas e sustentáveis.

A capacitação técnica proporcionada pelas oficinas contribuiu não apenas para a melhoria das condições econômicas das participantes, mas também para a ressignificação de seus

saberes tradicionais, assegurando a continuidade e valorização das práticas culturais. Em consonância com Freire (1979), a educação popular mostrou-se um instrumento fundamental para a construção da autonomia e da consciência crítica.

Entretanto, os desafios identificados reforçam a necessidade de ampliação das políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, bem como de fortalecimento das redes de apoio e das estratégias de comercialização. A continuidade e expansão de iniciativas como esta são fundamentais para garantir a sustentabilidade das ações e ampliar seu alcance.

Por fim, os resultados demonstram que, embora a transformação social seja um processo gradual e complexo, iniciativas como o projeto Vidas Negras são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao se apropriarem de seus saberes, territórios e práticas culturais, as mulheres quilombolas reafirmam seu papel como protagonistas na construção de futuros sustentáveis e na luta por direitos.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ARRUTI, José Maurício. **Mundo Quilombola: caminhos e horizontes da etnicidade negra no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

MACEDO, R. S. de. **Etnopesquisa crítica e pesquisa-formação: para uma redefinição do lugar do sujeito na pesquisa**. Salvador: Edufba, 2000.

Projeto “ Vidas Negras. Oficinas de Fortalecimento das Redes pelo Bem Viver, Proteção, Justiça Climática e Direitos Sociais no Tocantins. Relatório de Atividades, 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p 2 p. 269-274).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHLOSBERG, David. **Defining environmental justice: theories, movements, and nature**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed.

Submetido em: 4 de abril de 2026.

Aprovado em: 29 de julho de 2026.
Publicado em: 23 de agosto de 2026.